

Pré-história recente da Península Ibérica

Porto ADECAP 2000

Actas do 3º Congresso de arqueologia
peninsular. vol. IV (Pré-história recente
da Península Ibérica):

Separata das Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular
Volume IV, "Pré-história recente da Península Ibérica"
Porto, ADECAP, 2000

AS GERAÇÕES, A MEMÓRIA E A TERRITORIALIZAÇÃO EM TRÁS-OS-MONTES (V.º-II.º MIL. AC). UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA

por

Maria de Jesus Sanches*

Resumo: Tomando como ponto de partida a Pré-história recente de Trás-os-Montes, procuram-se definir, antes esta situação concreta, os contornos da questão da continuidade e/ou descontinuidade no povoamento desta região, materializada sobretudo em povoados. Trata-se dum texto "experimental" na medida em que se simulam alguns tipos de relação geracional entre os povoados e os seus habitantes pré-históricos com o objectivo de entender melhor de que modo os períodos de ocupação de cada povoado implicam investimentos de memória geracional e comunitária, além dos investimentos económicos, sociais e políticos.

Palavras-chave: Pré-história recente; memória geracional; povoados agro-pastoris.

"Migração espacial: sempre que um novo território se torna disponível, para ele se dirigem os humanos, de forma que não foi necessário ser dotado de talento xamânico para prever uma migração para o espaço." (Wilson, 1999, 2ª: X)

"O meu lugar... é difícil de definir, uma vez que navego entre ciência e não-ciência. Em que é que me fundamento? Na ausência de fundamentos, isto é, na consciência de destruição de fundamentos da certeza. Esta destruição dos fundamentos, característica do nosso século, atinge o próprio conhecimento científico. Em que é que acredito? Acredito na tentativa de um pensamento o menos mutilante possível, e o mais racional possível - (...) -, e o que me interessa é respeitar as exigências da investigação e de verificação que são as do conhecimento científico e as exigências de reflexão que são reservadas ao conhecimento filosófico." (Morin et al, s/d: 100)

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150 Porto.
E-mail: msanches@esoterica.pt

0. INTRODUÇÃO

Dou início a este texto com duas citações que, embora virtualmente desconexas, e de âmbito oposto, traduzem a minha inquietude na hora, não de reflectir, mas, e aí reside a tragédia, de não vislumbrar bem a forma e a sequência correcta de expôr um feixe de pensamentos aparentemente contraditórios. Referem-se estes à discussão da última síntese “integrativa” da Pré-história Recente de Trás-os-Montes, tal como foi expressamente solicitada pelas coordenadoras desta sessão.

Começemos por algumas observações de índole teórica e metodológica necessárias à exposição e discussão, nos pontos seguintes, não de toda a sequência narrativa publicada relativa à Pré-história desta região, mas dos pontos que elegemos serem os seus “nós-górdios” mais problemáticos e, por isso, também dos mais interessantes do ponto de vista da busca de conhecimento relativo à questão das “continuidades” e “descontinuidades” abertamente assumidas, ou somente sugeridas, tanto por nós como por outros investigadores.

Duas são ideias gerais de grande escala temporal que assentam na continuidade. Senão vejamos:

1. as sociedades humanas transmontanas de entre o VI^o e o início do II^o mil. AC mostram uma organização subsistencial e social tendencialmente mais organizada;
2. e esse fenómeno é acompanhado dum também progressiva alteração dos ecossistemas regionais.

Dizendo de outro modo e completando:

- a) Na longa duração de mais de 3 milénios, a transformação supra-citada é apelidada de evolução; por isso se denominam tradicionalmente estas sociedades de sociedades neolíticas, de sociedades calcolíticas e de sociedades da I. do Bronze (inicial), com o que estes conceitos implicam, mesmo num quadro neo-evolucionista alicerçado agora numa metodologia de recolha e de análise de documentação arqueológica ditada pelas necessidades da arqueologia processual;
- b) Este quadro, de tão genérico, é aplicável a todas as regiões peninsulares e mesmo europeias (Europa central e ocidental); contudo, ser genérico não significa ser inverosímil.
- c) Os estudos de antracologia, os únicos (ou quase únicos) disponíveis para o conhecimento dos ecossistemas do passado nesta região, ainda são escassos e, como tal, só reservadamente fiáveis ante o pormenor exigido neste tipo de abordagens. Mas confirmam a ideia geral exposta acima (Figueiral & Sanches, 1999).

Assim, a uma grande escala, a maioria dos processos históricos (e as suas explicações) são, ou podem ser, basicamente similares. A diferenciação só pode fazer-se então, não só na arqueologia como noutras áreas do conhecimento, pela redução da escala de análise e pela simplificação e desarticulação deliberada e consciente (mas não arrogante) dos elementos constitutivos desse todo; e, obrigatoriamente, com a busca da relação organizacional entre eles, com novas hierarquizações. Pois é essa relação organizacional que faz do todo o que permite que o vislumbremos como tal, que permite a inteligibilidade (Morin, s/d: 106).

É deste modo que, como investigadores, somos obrigados a pesquisar e a reflectir sobre outras questões de carácter espacial e temporal mais circunscrito. Estas questões ora evidenciam descontinuidades ou mesmo rupturas, sob certos ângulos, ora se apresentam como processos basicamente lineares, ou pelo menos podemos apreendê-los imediatisticamente e logicamente desse modo.

1. O PROBLEMA DA CONTINUIDADE E DA DESCONTINUIDADE

1.1.

Da curta exposição anterior, que quisemos fosse intencionalmente simplificada, poder-se-á deduzir que o problema da continuidade/descontinuidade na construção das sequências históricas é, para nós, sobretudo uma questão de escala de análise: de escala espacial e temporal, de contexto. Nos pontos seguintes veremos que não. Que é possível ultrapassar a contradição entre escalas de análise (que persistem em apresentar “buracos negros”), sem as negar.

Assim, se, numa clara redução de escala de análise, a criação de unidades discretas – definidas, por ex., pelas características da tecnologia lítica, do clima, etc. –, e a procura da sua estrutura organizacional – como a que se refere, por ex., à busca da relação entre a distância, os acidentes topográficos, os meios de transporte e a frequência com que certos grupos humanos se deslocam a grandes distâncias procurar matéria-primas –, é extremamente produtiva porque responde às necessidades da epistemologia da Arqueologia, dar o “salto” seguinte, quer dizer, assumi-las como processos em continuidade ou em descontinuidade, representa acima de tudo um entendimento. É assim porque esta questão, que é inexoravelmente uma questão da interpretação, se coloca no plano da hermenêutica. Como tal, representa sempre e sobretudo uma atitude do observador, pois ao que assistimos neste caso é à alteração ou mudança de perspectivas interpretativas, à procura da compreensão ou da busca de (novos) sentido(s) para os “mesmos” ou “novos” documentos. Na realidade, como diz V. O. Jorge (1997: 49) “o arqueólogo interpreta, não na aceção de decifrar um sentido escondido e único, mas na medida em que apresenta explicações plausíveis para um conjunto de elementos observados”, e, seg. o mesmo investigador, observáveis ou verificáveis de modo análogo por outrem. Ultrapassa-se assim a questão da relativização absoluta, que é rotundamente improdutiva no conhecimento científico por não poder ser partilhável, e insere-se um elemento novo: o da visualização do conhecimento empírico, ou do conhecimento resultante das ciências empírico-analíticas, numa ou em várias novas ordens de lógicas coerentes e aceitáveis.

1.2.

Passamos então à exposição esquemática das questões que pretendemos discutir e que dizem respeito ao povoamento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

1. Durante o V^o milénio o povoamento limitar-se-ia a certas regiões e ecossistemas, e, mesmo nessas regiões, poderia definir-se como esporso. O registo ar-

queológico dá conta de dois abrigos – Fraga d'Aia e Buraco da Pala – (Quadro 1), e de um povoado de ar livre – Prazo, em Freixo de Numão¹.

2. No IV^o milénio o povoamento aparece expresso em monumentos de enterramento sob *tumuli*; estes não apresentam um padrão de distribuição geográfica, macro-topográfica e mesmo micro-topográfica similar em toda a província de Trás-os-Montes. Mesmo na presença de prospecções sistemáticas tradicionais, muitas áreas estariam aparentemente desocupadas. A estes monumentos corresponde um povoamento doméstico não visível, ou escassamente visível, do ponto de vista arqueológico.

3. No final do IV^o e durante todo o III^o milénio, em todas as micro-regiões transmontanas (ou regiões naturais), minimamente conhecidas pela arqueologia, regista-se uma relativa densidade de estações arqueológicas, sobretudo de povoados que consideramos de ocupação permanente (Fig. 1 e Quadro 1). A sugestão é a de que neste período se processa uma efectiva ocupação de toda esta região, correlativa duma necessária organização territorial e social mais apertada, i.e. sujeita a um maior número de normas e prescrições, portanto mais hierárquica, e decorrente sobretudo do investimento de longo prazo (S. Jorge 1990; 1998: 284; Sanches, 1997: 171-231). Esta situação inscrever-se-ia num processo histórico de territorialização e fragmentação da paisagem agrícola seg. S. Jorge (1994), alicerçada no investimento e intensificação tanto nas actividades produtoras ou transformadoras, como na manutenção de novas identidades.

Deste modo, o que vamos sugerir é:

- a) Uma possibilidade de leitura da continuidade de povoamento escorada não somente na documentação arqueológica desta região, mas também em conhecimentos de ordem mais geral (de tipo biológico, antropológico e sociológico), que se têm sobre o modo como funcionam pequenas comunidades agrícolas e pastoris em ecossistemas temperados.
- b) Esta continuidade de povoamento tem implícita a descontinuidade conceptual, i.e. o modo como as diferentes comunidades aceitam e recriam o espaço e o tempo em que vivem, mas que o registo arqueológico só deixa perceber quando essas atitudes se traduzem em materialidades que o tempo, ou outras circunstâncias pontuais, deixaram chegar até nós.

Isto quer dizer que:

1. Assumimos à partida estarmos a tentar olhar e entender sociedades pretéritas servindo-nos de documentação arqueológica (paleobotânica, etc.), demasiado escassa, maioritariamente conservada por razões essencialmente casuísticas, e embrionariamente estudada. Cremos que mesmo que orientemos a nossa pesquisa para a detecção de vestígios arqueológicos não visíveis pela metodologia tradicional (S. Jorge, 1996-7), o acréscimo de documentação, em todo o caso imprescindível à investigação, só pontualmente alteraria estruturalmente a visão que temos dessas sociedades sem escrita. Haverá sempre um “todo” virtual de documentação que nos escapa, ou pelo menos pensamos que assim será.

¹ Povoado inédito, em escavação por Sérgio Rodrigues, a quem agradecemos as informações. O seu estudo preliminar é presente a este Congresso na sessão “Neolitização da Península Ibérica”.

2. Assumimos também que os métodos de construção do tempo em Arqueologia (estamos a considerar todos os métodos de datação absoluta e mesmo relativa), só admitem aproximações grosseiras ante a escala espacial e temporal dos fenómenos históricos que pretendemos apreender. Em suma, permitem que elaborem um quadro de longa duração, o qual, pela sua natureza, é mais estável, mas, evidentemente, não imutável. Sendo mais estável, permite a visualização de continuidades expressas em padrões, em normas ou em tendências, quer se trate de “padrões” de tipo técnico (*strito senso*) – extracção, fabrico, uso/consumo (por ex. do modo como os grupos humanos transformam as diferentes matérias primas em artefactos, ou como constroem casas) –, de tipo organizacional – da forma como dispõem as estruturas habitacionais num povoado, ou de como escolhem certas topografias para povoados, templos, lugares rituais, ou outros². Por outro lado, num espaço e tempo de escala mais reduzida, se a contextualização significa uma das vias privilegiadas na leitura das continuidades e descontinuidades – entendidas estas como continuidades e/ou rupturas de âmbito, económico, social, e religioso (no sentido amplo) –, sabemos também que os métodos aceites pela epistemologia da arqueologia admitem, a partir daquela, uma meta-interpretação que abrange situações tidas como similares. Permite portanto um alargamento progressivo de escala e a criação de um ou mais modelos cuja “eficácia” explicativa (sempre parcial) depende do grau de conhecimento que se adquiriu sobre esse assunto específico (Davis & Hersh, 1995: 58). Contudo, neste caso, exige-se que sejamos sempre atentos e sensíveis aos dados iniciais, i.e. ao contexto em análise que é aquele para o qual a interpretação busca validade. Ser sensível não significa aqui ficar preso de particularismos com os quais, em todo o caso, não construiríamos qualquer narrativa exigida pela arqueologia.

Subjacente a ambas as abordagens expostas (a de longa duração e a de contextualização das acções ou das práticas) encontra-se uma outra ideia formulada por Giddens (ref. por Alarcão, 1997: 17) e que é a de que todos os indivíduos (humanos) integrados numa sociedade agem segundo as normas e regras desse todo social de que se sentem parte integrante, e com o qual se identificam, reproduzindo conscientemente (embora por vezes não discursivamente), e pela prática, as normas ou regras do grupo a que pertencem. Estas normas não são imutáveis, mas antes sujeitas a disputas, de que podem decorrer alterações ou mudanças. É ainda *no quadro da contextualização que essas permanências e mudanças podem ser apreendidas de um modo mais satisfatório.*

3. Contudo, na ausência de um tempo absoluto de leitura “fina”, temos o *espaço físico* – que é aquele onde se inscrevem e geram as acções dos homens –, e temos também *o tempo de vida desses mesmos homens.*

É assim nos interstícios das impossibilidades enumeradas que vamos, não subtrair o problema em si, mas definir-lhe os contornos numa outra base – base que aqui denominamos de habitacional/geracional –, por forma a vislumbrar um outro tipo de entendimento e de leitura na abordagem das questões da continuidade e/ou descontinuidade do povoamento de Trás-os-Montes durante a Pré-história recente.

² Em ambos os casos é por facilidade de exposição que falamos de tecnologias *strito senso*, que na realidade não podem de todo ser desintegradas nem entendidas fora do todo social que lhes dá corpo (Lemonnier, 1993).

2. OS POVOADOS E AS GERAÇÕES DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

"(...) a matemática não nos dá da realidade mais do que uma representação aproximativa." (Reeves, 1990: 37)

3.1. Sobre os povoados

É difícil calcular o período de duração de cada povoado se quisermos abordar questões de cronologia mais fina que inclua períodos inferiores a 500-400 anos. O mesmo se passa com a avaliação da respectiva área habitacional que, salvo poucas excepções, só pode ser vista de modo aproximado.

Do conjunto das 33 estações (povoados e abrigos) do Quadro 1 somente 12 foram sujeitas a escavações. Uma fracção ainda menor – 10 – fornece informação fiável para a questão que aqui nos interessa³. São estas: V. da Soutilha, S. Lourenço, Pastoria, Castelo de Aguiar, Buraco da Pala, Crasto de Palheiros, Cemitério dos Mouros, Cunho, Barrocal Alto e Fraga d'Aia.

A cronologia absoluta só excepcionalmente proporciona intervalos de tempo inferiores a 500 anos para ocupações onde a articulação da estratigrafia com a documentação arqueográfica inclusa, leva os investigadores a assumi-las como *discretas*, ou seja como ocupações exclusivamente contidas nos períodos indicados pelas datas de C14. É o caso de Castelo de Aguiar (I) e de Barrocal Alto (I).

Nas restantes estações, e mesmo na presença de estratigrafias muito complexas e mesmo potentes, como é o caso da Vinha da Soutilha, o faseamento interno inscreve-se *grosso modo* nos limites indicados pela cronologia absoluta (Jorge, 1986: 663-671).

Isto quer dizer que se assume que os povoados pré-históricos datados pelo C14, pelos métodos tradicionais (estratigrafia/tipologia), ou pela articulação de ambos, possuem ocupações de mais curta ou de mais longa duração inscrita em períodos de tempo só inferiores a 500 anos quando: a) se prescindir da segurança de 2 sigma na avaliação das datas de C14 calibradas e se utiliza o ponto médio dos valores não calibrados; b) quando a estratigrafia e a tipologia podem ser estreitamente articuladas com datas absolutas.

É assim que no Quadro 1 vemos estações com ocupações que a estratigrafia mostra como únicas ou múltiplas (mas, neste último caso, estratigraficamente contínuas⁴), e localizadas adentro de intervalos de: a) c. de 1200-1500 anos de calendário – Vinha da Soutilha⁵, Castelo de Aguiar II; b) de c. de 800-1000 anos: Pastoria, Buraco da Pala, Crasto de Palheiros II, Cemitério dos Mouros e Barrocal Alto II; c) de c. de 500-600 anos: S. Lourenço⁶, Castelo de Aguiar I, Barrocal Alto I e Cunho.

³ É assim porque num caso – L. de Dine – a estação não se encontra publicada, e noutro porque o povoado estava muito destruído – Mãe d'Água.

⁴ Castelo de Aguiar I e Barrocal Alto I são as únicas estações com uma ocupação mais antiga que pôde ser individualizada. É por esse motivo que estas estações surgem 2 vezes nesta exposição.

⁵ Apesar das datas absolutas se referirem todas ao início da última fase de ocupação da área estudada, S. O. Jorge aceita que a estação se pode situar em todo o III.º mil. a.C. (cronologia não calibrada), ie, num período de c. de 1000-1200 anos (1986: 664-669).

⁶ As datas absolutas deste povoado não se encontram ainda publicadas. Tal como em publicação anterior (Sanches, 1997), agradecemos a S. O. Jorge a oportunidade de as utilizar no nosso esquema.

Outro factor relevante na avaliação destas estações é a área de dispersão das estruturas habitacionais. Devido a vários factores (documentação proveniente de prospecções ou de escavações parciais, destruições, etc.), só pode ser calculada por aproximação, o que limita a avaliação da dimensão espacial daqueles povoados.

Mesmo assim, e aceitando a avaliação por aproximação proposta pelos diferentes investigadores, particularmente nos casos onde os povoados não são delimitados fisicamente por acidentes topográficos de monta e/ou por estruturas pétreas, deparamos com situações muito díspares.

Admitindo que as unidades habitacionais dos sítios fisicamente demarcados se concentrariam e se sucederiam "verticalmente" adentro desses espaços – Crasto de Palheiros e Raio, com 2,5 e 2 ha respectivamente –, mantêm-se a diversidade de áreas ocupadas particularmente nos restantes. Esta área vai 20 ha e 14 ha na Vinha da Soutilha e Barrocal Alto, respectivamente, a 5-7 ha em S. Lourenço, Pastoria e Cemitério dos Mouros⁷, andando as restantes em torno de 2 ha.

Todos estes povoados "abertos" se caracterizam por possuírem estruturas habitacionais de carácter percível e espacialmente dispersas⁸ pelas plataformas das encostas dos montes onde se implantam, ocupando e usando, em diferentes graus, o espaço livre entre penedos. A maioria dos povoados conhecidos pela prospecção inscreve-se também neste último padrão genérico.

Daqui se pode concluir que só uma fracção da área indicada para cada povoado (embora variável com as situações), integrará estruturas habitacionais.

A questão seguinte refere-se à sequência estratigráfica dos diferentes povoados.

Admitindo que o espaço habitacional não é estático, ie, que sofre remodelações, ampliações e contracções, então a questão da dimensão espacial dos povoados relaciona-se directamente com a identificação de unidades habitacionais coevas, pertencentes portanto a uma única ocupação.

Pelas razões indicadas atrás, este problema, porque sem solução, deve por ora ser posto de parte.

A dimensão de cada povoado, ainda que calculada por aproximação, corresponderá então às seguintes situações:

Situação 1 – a ocupações únicas, de dimensão temporal variável e normalmente identificadas com "uma camada de ocupação" (poderia ser, hipoteticamente, o caso do Cunho).

Situação 2 – ao somatório de ocupações contínuas ou descontínuas, cujas estruturas habitacionais se estendem em área; esta situação exige leituras de "estratigrafia horizontal" e escavações em alargadas áreas (Cemitério dos Mouros poderia corresponder a esta situação).

Situação 3 – à conjugação das duas situações anteriores (1 e 2), quer dizer, a ocupações contínuas e descontínuas, traduzidas tanto na sobreposição estratigráfica, como na criação de estruturas habitacionais em áreas ainda virgens; esta situação exige a conjugação de leituras estratigráficas verticais e "horizontais" em

⁷ Encontra-se neste grupo pois só um dos montes – CM II – possui uma demarcação física e consideramos os dois montes como pertencendo a um único povoado (Figueiral & Sanches, 1999).

⁸ Ou só relativamente dispersas no caso da Pastoria.

alargadas áreas escavadas (Vinha da Soutilha, S. Lourenço, Pastoria, Castelo de Aguiar e Barrocal Alto são povoados que se inscreveriam bem nesta situação).

Por fim, uma outra situação que podemos considerar de *Situação 4*, os povoados cercados por estruturas pétreas também admitem alterações (ampliações contracções) nas áreas ocupadas tanto intra como mesmo "extra-muros". Estes sítios, devido à raridade e ao tipo de questões que levantam, não são abordados neste ponto (Craсто de Palheiros II).

Se tentarmos, por fim, articular a cronologia com as diferentes ocupações, ie, com a área dita habitacional e com as suas características (tal como são apreendidas pelas escavações e estudos subsequentes), e mesmo desconhecendo o número aproximado de habitantes, rapidamente percebemos que estes povoados de estruturas habitacionais feitas de materiais percíveis, dificilmente teriam uma dimensão superior a 2 ha; ou a 4 ha, quando grande parte da superfície é ocupada por penedos. Tratando-se de sociedades agro-pastoris, parte desta área seria por certo destinada a estruturas para o gado (estábulos, cercas, etc.).

A hipótese que colocamos então é a de que, independentemente de estarmos perante ocupações contínuas de mais longa duração, normalmente traduzidas na complexidade e na potência estratigráfica (como é o caso da Vinha da Soutilha), *um elevado número destes povoados sedentários terá sido ocupado somente uma vez*, por períodos maiores ou menores de tempo, o que se traduziria numa área ocupada relativamente reduzida.

Outros povoados *terão sido ocupados por períodos maiores ou menores*, consoante os casos, *abandonados e ocupados de novo, mais tarde*, pela mesma comunidade ou por outra culturalmente similar. Este tipo de ocupação é de mais difícil identificação arqueológica, pois as reocupações tanto podem incidir em áreas já ocupadas anteriormente, como em áreas virgens.

Creemos que *esta última situação (com reocupações) poderá ter sido responsável pela formação do registo arqueológico na maioria dos povoados de maior dimensão de que temos vindo a falar*: Vinha da Soutilha, S. Lourenço, Pastoria, Cemitério dos Mouros e Barrocal Alto II.

3.2. Sobre as gerações

São bem conhecidas as dificuldades inerentes ao cálculo da esperança média de vida nas populações pré-históricas.

Apesar da escassez da documentação (para todas as regiões do mundo), parece comumente aceite a esperança média de vida, para sociedades neolíticas (considerando todo o Neolítico), como sendo de c. de 31 anos (Hassan, 1981: 102). A esperança média de vida das mulheres – em torno de 29 anos –, parece assim sistematicamente inferior à dos homens – em torno de 33 anos –, sendo aduzidos como justificação sobretudo problemas relativos ao parto. Menos de 2% da população chegava aos 50 anos (*Idem*: 110).

Do mesmo modo, para a entrada na idade adulta, é aceite a idade de 15 anos. A idade adulta coincide *grosso modo* com o período reprodutivo, quer exista ou não consciência social da relação estreita entre ambas as "situações", sobretudo no que respeita aos elementos masculinos (Belmont, 1997).

Sabemos que o início do período reprodutivo varia com as prescrições sociais de cada comunidade, mas em sociedades agro-pastoris, ou seja, em sociedades não industriais, é esta a média de idade aceite para a entrada na vida social de adulto. Para Trás-os-Montes e Alto Douro desconhece-se a idade do adulto que, na sua cista individual, acompanhava, na mesma estrutura funerária circular uma criança, também sepultada em cista e datada de entre 2880 e 2500 A.C., em Vale da Cerva (Pocinho – V.º N.º de Foz Côa (Cruz, 1998: 160, nota 19). Na estação de Castelo Velho (Freixo de Numão – V.º N.º de Foz Côa) foram enterrados numa estrutura pétreia datada de entre 2900-2200 AC., restos humanos que pertenceriam a 8 ou 10 indivíduos, incluindo 1 criança, vários adolescentes e jovens adultos (S. Jorge, 1998). Foi possível discernir, com alguma garantia, a conexão de um esqueleto feminino, com a idade de entre 18 e 20 anos (*Idem*: 290). Não foi ainda publicada toda a documentação osteológica, pelo que desconhecemos a idade dos restantes "jovens adultos".

Esta documentação – a única disponibilizada pela Arqueologia e Paleontologia desta região –, não contradiz a nossa hipótese introduzida cima, pelo que nos parece razoável mantê-la.

Deste modo, e tal como mostramos no Quadro 1, com a esperança média de vida que, por facilidade de esquematização, colocamos em 30 anos, e com a idade da reprodução em 15 anos, um período de 15 anos incluiria 1 geração, um de 30 anos, duas gerações, um de 45, 3 gerações, e assim sucessivamente.

4. HIPÓTESE DE RELAÇÃO ENTRE OS POVOADOS E AS GERAÇÕES

Na relação destes povoados com as populações, o factor primacial a ter em conta não é somente o da capacidade, maior ou menor, dos ecossistemas em torno dos povoados para suportarem longas permanências, conjugadas ou não, com um certo grau de intensificação agro-pastoril, mas é também o da *criação de memórias*.

Embora a memória colectiva, assim como a identidade, decorram de processos socialmente controlados e historicamente selectivos, e por isso de difícil leitura no Passado, a memória individual e/ou geracional pode não ser cabalmente transformada ou mesmo anulada pelas narrativas e posturas colectivamente aceites. Assim, tentaremos perscrutar o grau de ligação dos diferentes grupos humanos aos seus povoados através da memória que aqui apelidamos de geracional.

Deste modo, os Gráficos 1 a 5 mostram esquematicamente o modo como as gerações se poderiam relacionar com os povoados.

Aqui a simplificação é deliberada; sabemos que as situações possíveis seriam quase infinitas, mas o que se pretende é uma primeira aproximação a este problema.

No gráfico/esquema 1 são considerados vários povoados com uma só ocupação e com uma duração média de vida de cerca de 10 anos, após o que seriam abandonados. Com a esperança média de vida de 30 anos, um indivíduo nascido, por ex., no povoado A passaria a sua infância nesse povoado; com 10 anos mudar-se-ia para outro lugar – povoado B –, onde participaria activamente na construção da nova

“aldeia” e nas actividades subsistenciais a moldar ao novo território, e se reproduziria por volta dos 15 anos; com 20 anos abandonaria (conjuntamente com o seu grupo) este povoado (povoado B) e participaria ainda activamente na construção do povoado C, onde provavelmente faleceria. Assim, *uma geração ligaria as suas memórias a 3 povoados, a 3 territórios diferentes*. A ser assim, é de supor que para estes grupos humanos o espaço social/mitológico extravasasse largamente no espaço dito “ecológico”; tal levaria a que *procurassem referências territoriais identitárias fora do espaço doméstico*, ou pelo menos, não se ligassem pela memória ao lugar do(s) povoado(s).

Para os esquemas seguintes entra-se em linha de conta com *possíveis reocupações*, mas cada período de ocupação em cada povoado, seja de 15, 20 ou mais anos, também pode ser única (i.e., não repetida posteriormente).

No *gráfico/esquema 2*, onde cada povoado é ocupado por períodos contínuos de 10 anos, a reocupação ocorrerá passados 20 anos após o abandono anterior. Esta situação implica uma capacidade de renovação do ecossistema em torno do povoado em 20 anos. Considera-se o período de 20 anos pois este é o período de crescimento de folhosas em regiões com solos relativamente profundos e com clima temperado marcado por um certo grau de humidade. Para os padrões actuais, seriam de considerar aqui os climas das regiões do Tâmega e Alvão, assim como os climas de transição de todas as restantes regiões naturais de Trás-os-Montes (ver mapa da Fig. 1).

Como cada geração “passa” por 3 povoados, o grau de ligação de cada geração ao povoado pode ser similar ao do esquema 1. Assim, *a reocupação de um lugar far-se-á por acaso, ou então porque alguns indivíduos do grupo com mais de 30 anos, i.e. os anciãos, recordariam/conheceriam esse local*. Esta situação implica também que as comunidades não possam, ou não vejam vantagens, em deslocar-se para territórios mais distantes ou desconhecidos.

No *gráfico/esquema 3* as ocupações são de 15 anos e as reocupações fazem-se passados 30 anos após o abandono anterior. Neste caso, 30 anos é o período de crescimento de árvores de folha caduca e persistente se os solos forem razoavelmente espessos, mas se o clima for mais seco, ou então mais frio que no caso anterior já que as baixas temperaturas retardam sempre o crescimento. Trata-se também de áreas com menor capacidade de renovação do ecossistema que no caso anterior (zonas mais frias e/ou mais secas), e onde só a utilização de métodos e técnicas simples de recuperação da fertilidade teria permitido uma permanência continuada mais longa. Poderíamos incluir aqui: *a) as zonas planálticas e montanhosas com climas frios* das regiões da Bragança, Alvão, Sabor, Miranda-Mogadouro, Douro Superior e Carrazeda, onde não foram detectados até à data povoados⁹; e *b) as zonas de clima mais quente*, como aquelas do Tua, Douro, Douro superior, Beira-Douro, Sabor e Miranda-Mogadouro. A quase totalidade dos povoados conhecidos encontra-se neste tipo de climas (o que não quer dizer que se encontrem na situação correspondente ao esquema 3).

Neste caso uma geração “passará” por 2 povoados, eventualmente por 3. Ainda se devem manter as referências comunitárias em instâncias que não terão a ver com o lugar do povoado, tal como nos esquemas 1 e 2.

⁹ Na região de Bragança encontra-se a gruta da Lorga de Dine neste tipo de clima.

No *gráfico/esquema 4* cada período de ocupação contínua é de 20 anos, o que implica, relativamente à situação anterior, um maior investimento tanto no povoado como no território de subsistência; quer dizer, implica, métodos e técnicas de maior rentabilização de todas as actividades de subsistência, assim como da manutenção da fertilidade dos solos.

Uma eventual reocupação far-se-ia passados 40 anos na situação 4.1, e de 20 anos na situação 4.2. Uma geração “passará” ainda por 2 povoados, mas viverá a maior parte da sua vida num deles, quer dizer, *ligará predominantemente as suas memórias a um deles*.

A ocupação “rotativa” de 3 povoados na situação 4.1., na prática implica abandono. Como tal, se atendermos ao investimento económico e social necessário à sua manutenção por 20 anos consecutivos, assim como à ligação geracional daí decorrente, esse abandono, a ocorrer, terá de ser motivado por razões muito fortes. Tais poderiam ser catástrofes naturais (como pragas), conflitos entre comunidades vizinhas, esgotamento dos meios de subsistência decorrente da degradação do ecossistema e/ou de aumentos demográficos. A reocupação, numa situação destas, far-se-ia sobretudo por acaso.

Talvez a situação mais aceitável seja aquela indicada no esquema 4.2. que contempla a ocupação e reocupação sucessiva de dois povoados geograficamente próximos por períodos de 20 anos. Nesta situação *a memória geracional restringir-se-ia não somente a 2 povoados, como ao território situado entre ou em torno de ambos*. Tanto os povoados como o território em causa poderiam então ser mais facilmente incorporados nas narrativas comunitárias, passando a fazer parte da identidade grupal.

Ocupações superiores a 30 anos consecutivos – e que exemplificamos no *gráfico/esquema 5* com 50 anos –, onde duas ou mais gerações “conhecem” somente o lugar onde habitam (lugar no sentido amplo), traduzem-se inexoravelmente em investimentos económicos, sociais e políticos de longo prazo, na criação e manutenção de fronteiras identitárias, e, simultaneamente, na actualização permanente das negociações de índole vária entre grupos territorialmente vizinhos.

Isto não quer dizer que um povoado habitado por 30 ou mesmo 50 anos não possa vir a ser abandonado pois, numa situação limite, todos acabaram por sê-lo. O que se pretende sugerir é que este tipo de permanência continuada possibilitará a alteração do papel dos diferentes povoados no contexto económico e social micro-regional, a reformulação das normas de conduta entre comunidades vizinhas e uma maior diferenciação social no interior das comunidades.

4. AS GERAÇÕES, A MEMÓRIA E A TERRITORIALIZAÇÃO EM TRÁS-OS MONTES (V.º-II.º MIL. AC)

Retomando as questões identificadas no ponto 1.2. vamos procurar visualizá-las num outro ângulo – o da ligação das populações aos seus povoados (e respectivos territórios subsistenciais) através da memória geracional.

1. No V.º mil. AC o povoamento é documentado por dois abrigos – Fraga d’Aia e Buraco da Pala –, e pelo povoado do Prazo.

Nestes sítios estão presentes, no seu conjunto, actividades produtivas (agri-

cultura, criação de gado), recolectoras, caçadoras e ainda transformadoras (moagem, fabrico de cerâmica).

A documentação arqueográfica, particularmente do Buraco da Pala, indica que a importância da caça/recolha teria, adentro das actividades económicas, um grande peso, senão o maior peso.

É assim possível que algumas micro-regiões de Trás-os-Montes albergassem pequenas comunidades ainda largamente não produtoras que ocupariam, alternada ou sazonalmente, mas de modo complementar, certos ecossistemas, numa base residencial e logística (não presente no nosso esquema). Este tipo de ocupação incluiria por certo dois ou mais ecossistemas complementares, e poderia traduzir-se arqueologicamente na utilização de abrigos e povoados abertos como habitat (fossem estes de base logística ou de base residencial).

Em áreas eventualmente mais pobres em recursos cinegéticos e/ou florestais, admite-se um aumento de produção de bens subsistenciais de base agrícola (cereais e leguminosas) e pastoril (gado ovino e caprino)¹⁰. Como a tecnologia agrícola deste período é ainda embrionária e pouco eficaz (porque maioritariamente em madeira), é possível que se tenha procurado rentabilizar o investimento feito na abertura de clareiras e nos primeiros arroteamentos através da permanência, por mais longos períodos, em certos territórios de base residencial. Muitos destes poderão ter-se transformado em povoados de ocupação permanente.

Estes povoados permanentes articular-se-iam bem com o nosso esquema 1, pois o esgotamento de solos leves, ou mesmo dos recursos cinegéticos, levariam ao seu abandono.

As referências de memória para estas populações encontrar-se-iam algures nos territórios de subsistência e/ou de circulação (formações geológicas, cruzamento de rios, etc.) ou noutras instâncias, a que podem corresponder os abrigos com arte rupestre (Fraga d'Aia, Serra de Passos, etc.).

Este esquema simples pode traduzir o tipo de povoamento disperso, esparso e ainda bastante móvel, que cremos caracterizar o V^o mil. AC.

Queremos somente chamar a atenção para um facto: a mobilidade residencial e a mobilidade logística podem ter-se mantido em certas regiões transmontanas e/ou em grupos durante todo o V^o e início do IV^o mil. AC, a par de povoados ocupados "residencialmente" de modo contínuo por outras comunidades.

2. Durante o IV^o mil. AC, além da situação anterior que, como dissémos, se pode ter mantido, particularmente em micro-regiões com grande capacidade de renovação do ecossistema (Alvão/vale do Corgo superior; Bragança: alto vale do Rabaçal, Tuella, Sabor e Montesinho), a documentação sobre eventuais povoados soterrados sob monumentos megalíticos, e/ou a presença de materiais arqueológicos nas terras dos *tumuli* – como acontece nas mamoadas de Pena Mosqueira 3, Barreiro (ambas no planalto Miranda – Mogadouro), Arcã (Tua-Mirandela) e Madorras 1 (no planalto de Sabrosa) –, indica que os povoados seriam de curta duração. Alguns de entre eles ocupariam áreas planálticas (perto dos monumentos, ou em sítios onde posteriormente se vieram a construir monumentos), mas supomos que outros se localizariam noutras topografias e ecossistemas.

¹⁰ Isto não quer dizer que consideremos ser esta a única situação responsável pelo aumento de produção de bens subsistenciais.

Estes povoados serão de difícil detecção sobretudo porque deixaram poucos vestígios (devido à sua curta duração). Estes terão ainda sido sistematicamente destruídos pela uso agrícola dos solos, e/ou porque ocuparam topografias sujeitas a grande erosão (encostas). Aqueles localizados em zonas deprimidas, de montanha, de planalto, ou mesmo de vale, estarão por certo soterrados sob a acumulação sedimentar posterior.

Os povoados de Vinha da Soutilha, Castelo de Aguiar I e Barrocal Alto I dão conta de povoados de encosta deste período (Ver Quadro 1).

Estas ocupações poderiam traduzir-se em permanências de 10 anos ou de 15 anos (esquemas 2 e 3), mas a referência geracional procuraria predominantemente (mas não exclusivamente) lugares ou instâncias fora do povoado.

O investimento territorial, no caso de permanências mais longas – mas que na ocupação dos povoados pode ser somente de 10 ou 15 anos (esquemas 2 e 3) –, incrementaria a criação de fronteiras comunitárias, de territórios identitários, assim como a cooperação entre comunidades ligadas por relações de parentesco. É neste contexto que podemos entender a construção e uso de monumentos com *tumulus* em topografias e ecossistemas muito variados¹¹.

O agrupamento de monumentos em núcleos e/ou em necrópoles representaria provavelmente uma menor mobilidade dos povoados adentro de certas fracções de território, assim como a criação e recriação de laços intercomunitários em circunstâncias económicas, sociais e territoriais específicas. Essa especificidade pode ter-se traduzido, como supomos, na diversidade indicada acima¹². De qualquer modo, a construção de monumentos megalíticos deveria ser, seg. V.O. Jorge (1991) um acto de excepção na vida comunitária, pois que para a necrópole da Aboboreira teria ocorrido somente uma vez em cada 2 gerações.

Cremos que nem todas as comunidades transmontanas terão construído monumentos com *tumulus* pois algumas zonas sujeitas a prospecções mais aturadas permanecem vazias de monumentos. Assim, além da arte rupestre, será de admitir (tal como no período anterior) a criação e uso de outros mecanismos identitários mais móveis por parte destas populações pré-históricas, traduzidos provavelmente em certos tipos de artefactos, pintura corporal, roupas, etc.

A construção de grandes monumentos, datada da 2.^a metade do IV^o mil. AC, pode corresponder já a uma certa pressão territorial, traduzida também em povoados de mais longa duração – de 15 anos ou mais –, provavelmente já bastante afastados dos monumentos. Estes monumentos, que exigem na sua construção a colaboração simultânea de grandes contingentes humanos, corresponderão a populações ou grupos de comunidades implantados em territórios de maior dimensão, que usarão o

¹¹ A prospecção que temos vindo a desenvolver nos últimos dois anos na região do Tua e Padrela, por ora ainda inédita, tem revelado um elevado número de mamoadas, algumas das quais em topografias muito diversificadas e tidas como pouco "comuns" para este tipo de monumentos. A estas somam-se aquelas já conhecidas da bibliografia arqueológica.

¹² Fora das necrópoles do Alvão e de Arça-Pópulo, em Trás-os-Montes ocidental, só se nos socorreremos de um elevado grau de generalização, poderemos propor dois ou três modelos relativos tanto à implantação topográfica/domínio do território circundante e caracterização edafoclimática por parte dos monumentos, como ao número de monumentos próximos entre si. Isto quer dizer que o traço dominante parece ser a ausência de padrão, o que responderia adequadamente a uma situação de diversidade de ocupação do território durante o IV^o mil. AC.

monumento, provavelmente situado fora dos seus territórios de subsistência, como lugar ritual de encontro e de negociação política por excelência (Sanches, 1997).

Iniciar-se-ia aqui para nós a “fragmentação da paisagem agrícola”, para usar a expressão de S. O. Jorge (1998) porque os territórios passam a estar sujeitos a um maior investimento económico, social e político.

Esta situação não se restringiria às comunidades que usaram monumentos megalíticos, pois o povoado da Vinha da Soutilha (Jorge, 1986), situado a grande distância de qualquer monumento, pode documentar, nas suas “ocupações” do IV.^o e da 1.^a met. do III.^o mil. AC, hipoteticamente um povoado reocupado segundo o nosso esquema 3, ou, mais provavelmente, segundo o esquema 4.2. A potência estratigráfica e a quantidade e variedade de artefactos, assim como a remodelação que sofreram certos espaços habitacionais, faz supor longas permanências continuadas por 15-20 anos, ou mais. A área de dispersão das estruturas habitacionais, conjugada com a complexidade da sobreposição estratigráfica nalgumas áreas escavadas, admite também reocupações que a tipologia do espólio sugere pertencerem à mesma comunidade.

Na abordagem do povoamento do IV.^o mil. em Trás-os-Montes o povoado da Vinha da Soutilha surge-nos quase sempre como uma excepção. Essa situação refere-se não somente ao enorme tamanho da área ocupada (20 ha), como à potência e complexidade estratigráfica (nas zonas escavadas), como ainda à quantidade e diversidade de espólio arqueológico recolhido nas escavações, mas que se revela igualmente nas recolhas de superfície. Assim, as “ocupações” deste povoado, pelo menos enquanto não se conhecer aí, pela escavação, uma área substancialmente maior, resistirão sempre a explicações simples. Do estudo realizado por Susana Jorge (1986) e das escavações (ainda inéditas) de Paula Santos, fica-se com a ideia de que este povoado pode ter sido ocupado repetidas vezes por períodos contínuos de tempo (maiores ou menores) durante o IV.^o e o III.^o mil. AC. É provável que na sua fase final, na viragem do IV.^o para o III.^o mil., as ocupações se tenham estendido a 20, 30 ou mais anos consecutivos.

3. No final do IV.^o e durante todo o III.^o mil. AC, os modelos de ocupação dos povoados podem adequar-se melhor aos esquemas 4 e 5.

Estes “modelos” implicam investimentos contínuos nos povoados por 20 anos consecutivos (no esquema 4), ou por 30 ou mais anos, no esquema 5.

No esquema 4 ainda se admite a alternância ou “rotação”, por períodos de 20 anos, entre povoados próximos; mas, presenças contínuas de 20 anos implicam, em termos geracionais, um investimento económico e social comunitário de realce. Em 4.2, a continuidade da rotação entre dois povoados próximos entre si traduz-se, na prática, num investimento territorial alargado por períodos mínimos de cerca de 40 anos consecutivos. Isto porque, nesta situação, o “objecto” do investimento traduzirá uma gestão mais apertada patente na selecção de áreas ou de fracções de territórios adentro dos território de exploração de dois povoados preexistentes. Este esforço de rentabilização económica inscrito na gestão de territórios cujas fronteiras adquirem progressivamente uma maior expressão, marcará uma segunda etapa na sedimentarização neolítica, quer dizer, na intensificação por períodos muito mais alargados, de todas as actividades subsistenciais e outras.

No esquema 5, que pode traduzir, ou não, um desenvolvimento do esquema 4.2, assiste-se à identificação do território ecológico/social de cada povoado com o próprio povoado.

Parece-nos bastante razoável que um elevado número de povoados do III.^o mil. AC se acolham genericamente nestas duas situações (4.2 e 5). O registo arqueológico aponta investimentos mais duradouros na exploração territorial da área circundante dos povoados, investimentos que se traduzem no desenvolvimento das actividades extractivas¹³, produtoras e transformadoras. O investimento social e ritual também incide no espaço doméstico e leva mesma ao desenvolvimento de estruturas arquitectónicas peculiares em alguns povoados, de que é exemplo paradigmático o Crasto de Palheiros (Murça).

Tal ocupação mais permanente (ou, se quisermos, definitivamente sedentária) de certas regiões, exigiria uma hierarquização territorial mais apertada, gerida e mantida por meio de negociações permanentes entre comunidades ou grupos de comunidades. A sedimentarização, tal como é entendida nos esquemas 4.2 e 5, exige investimentos económicos de longo prazo não somente nos povoados e nos seus territórios, mas nas relações políticas; quer dizer, na criação de mecanismos ou instâncias identitárias, que agreguem eventualmente vários povoados, e que garantam e consubstanciem ritual e socialmente tal fragmentação do território.

Existirão, por certo, vários planos, ou mesmo graus, identitários; mas é neste contexto que se torna possível entender certos “Lugares” datados do III.^o milénio, como sejam, o armazém do Buraco da Pala (Mirandela), o Castelo Velho (Foz Côa), ou mesmo o Crasto de Palheiros (Murça).

BIBLIOGRAFIA

- AGROCONSULTORES & COBA (1991), *Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Memórias e Anexos policopiados, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- ALARCÃO, J. (1996-97), Sobre o discurso arqueológico, *Portugália*, nova série (17-18), Porto, Inst. Arqueologia da FLUP, pp. 15-22.
- ALARCÃO, J. (1997), A Arqueologia contextualista, *Mathesis* (6), pp. 11-13.
- ANTUNES, M. T. (1988), Material ósseo proveniente da Fraga d’Aia, Apêndice 1 de JORGE, V. O. et alii (1988), Fraga d’Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – arte rupestre e ocupação pré-histórica, *TAE* (28: 1-2), Porto, Soc. Port. de Antrop. e Etnologia, pp. 227-228.
- BELMONT, N. (1997), Vida/Morte, *Enciclopédia Einaudi* (36), Dir. de Ruggiero Romano, IN-CM, pp. 11-60.
- Idem* (1997), Fertilidade, *Enciclopédia Einaudi* (36), Dir. de Ruggiero Romano, IN-CM, pp. 128-140.
- CRUZ, D. J. (1998), Expressões funerárias e cultuais no norte da Beira Alta (V-II milénios a.C.), *Estudos Pré-históricos* (6), Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 149-166.
- CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A. B. (1995), Mamoa I de Madorras (Sabrosa, Vila

¹³ O estudo da proveniência das matérias-primas de povoados escavados do III.^o milénio, mostra uma tendência para a utilização de matérias-primas locais e, em segundo lugar, de matérias-primas regionais.

- Real) datações Radiocarbónicas, *Estudos Préhistóricos* (3), Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 151-159.
- DAVIS, P. J. & HERSH, R. (1995), *A Experiência Matemática*, Ciência Aberta (75), Gradiva.
- FIGUEIRAL, I. & SANCHES, M. J. (1999), A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente, *Portugália*, nova série (19-20), Dep. de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Univ. Porto (no prelo).
- GONÇALVES, A. B. & CRUZ, D. J. (1994), Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *Estudos Préhistóricos* (2), Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 171-232.
- JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente (III^o-inícios do II^o milénios AC) da região de Chaves – V.^a P.^a de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, 3 vols. (Ia, Ib e II), Porto, Inst. de Arqueologia da FLUP.
- JORGE, S. O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 2.^a s. (11), Porto, Faculdade de Letras, pp. 447-546.
- JORGE, S. O. (1996-7), Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica. Visibilidade e opacidade do registo arqueológico, *Portugália*, nova série (17-18), Porto, Inst. Arqueologia da FLUP, pp. 77-96.
- JORGE, S. O. (1998), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Préhistóricos* (6), Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 279-293.
- JORGE, S. O. (1999), *Domesticar a Terra*, *Trajectos portugueses* (45), Lisboa, Gradiva.
- JORGE, V. O. (1991), Novos dados sobre a Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira), *TAE* (31), Porto, SPAE, pp. 181-185.
- JORGE, V. O. (1991) Arqueologia social dos monumentos megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 2.^a s. (6), Porto, Faculdade de Letras, pp. 365-443.
- JORGE, V. O. (1993), Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 2.^a s. (10), Porto, Faculdade de Letras, pp. 417-432.
- JORGE, V. O. (1997), Questões de interpretação da arte megalítica, *Brigantium*, 10, Coruña, Museo Arqueológico e Histórico da Coruña, pp. 47-65.
- LEMONNIER, P. (1993), Introduction, *Technological Choices. Transformation in material cultures since the Neolithic*, P. Lemonnier ed., London & New York, Routledge, pp. 1-35.
- MORIN, E. et al (s/d), *O Problema Epistemológico da Complexidade*, Biblioteca Universitária, 38, Pub. Europa América.
- SANCHES, M. J.; LEBRE, A. G. & SANTOS A. M. (1988), A Mamoa do Barreiro – um “tumulus” do Leste de Trás-os-Montes, *TAE* (27), Porto, Soc. Port. de Antrop. e Etnologia, pp. 89-112.
- SANCHES, M. J. (1994), Megalitismo na Bacia de Mirandela, *Estudos Préhistóricos* (2), Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 249-284.

- SANCHES, M. J. (1997), O Crasto de Palheiros-Murça. Notícia preliminar das escavações de 1995 e 1996, *Actas do II.^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, 2, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 389-399.
- SANCHES, M. J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, *Monografias Arqueológicas* (3), Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- SANCHES, M. J. (1997), *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols. (I e II), Textos (1), Porto, Soc. Port. de Antrop. e Etnologia.
- REEVES, H. (1990), *Malicorne – Reflexões de um Observador da Natureza*, *Ciência Aberta* (43), Gradiva.
- VÁRIOS (1997), *Vida/Morte – Tradições – Gerações*, *Enciclopédia Einaudi* (36), Dir. de Ruggiero Romano, IN-CM.
- WILSON, R. A. (1999, 2.^a), *O Livro dos Iluminati*, *Diversos Universos* (6), Via Optima Oficina Editorial, Lda.

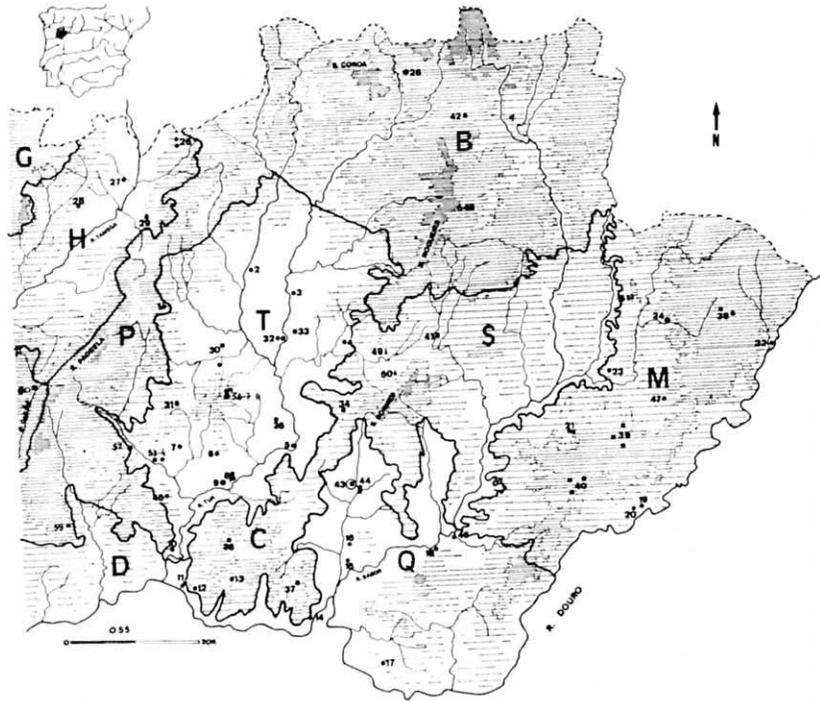


Fig. 1 – Regiões naturais Trás-os-Montes e Alto Douro (representação parcial) com as principais estações arqueológicas da Pré-história recente. Quadrados: monumentos sob tumuli; estrelas estações com arte rupestre; Círculos – abrigos; Círculos a cheio – povoados. 1 – Argeriz; 2 – Muralha; 3 – S. Juzenda; 4 – Jerusalém do Romeu; 5 – V.ª V. da Gestosa; 6 – Navvalho; 7 – Crasto de Palheiros; 8 – Cemitério dos Mouros / Anta de Arcã / alabardas de Abreiro; 9 – Pala Ferreira; 10 – Castelo de Safres; 11 – Cachão da Rapa; 12 – Castelo de Linhares; 13 – Castelo de Ansiães; 14 – Castelejo; 15 – Baldoeiro; 16 – S.ª do Castelo da Adeganha; 17 – S.ª do Castelo de Urros; 18 – Fraga do Fojo; 19 – Barrocal Alto; 20 – Cunho; 21 – Penas Roias; 22 – Raio; 23 – Castelo de Algos; 24 – Grutas de Ferreiros/Monte Pedriço; 25 – Lorga de Dine; 26 – Vinha da Soutilha / Tripe / Outeiro do Salto; 27 – Outeiro Seco; 28 – Pastoria; 29 – S. Lourenço; 30 – Dólmen de Lila; 31 – Antas de Zebras; 32 – Antas / Laje de Vale de Juncal / local Antas; 33 – Dólmen de Pereira d'Anta; 34 – Dólmen de Caravelas; 35 – Dólmen de Marmelos; 36 – Dólmen de Zedes; 37 – Dólmen de Vilarinho da Castanheira; 38 – Mamoas de Marmolina e Campina; 39 – Núcleos de mamoas de Pena do Mocho, Pena Mosqueira e Mural; 40 – Mamoas do Barreiro, Modorra e Medorra; 41 – Mamoa de Sto. Ambrósio; 42 – Mamoa de Donat; 43 – Santuário de Estelas do Cabeço da Mina; 44 – Pedra Escrita de Ridevides e Pedra do Poço da Moura; 45 – Pala Pinta; 46 – Fonte Santa; 47 – Abrigos de Atenor; 48 – Pedra de Sortes; 49 – Carrapatas; 50 – Vale Bemfeito; 51 – Alto das Pereiras; 52 – Castelo dos Mouros; 53 – castelo do Salto; 54 – Estirada; 55 – Abrigo da Fraga d'Áia; 56-57-58 – Abrigo do Buraco da Pala, povoado da Mãe d'Água e abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos Castelo Velho; 59 – Dólmen de Madorras 1 e necrópole de Sabrosa; 60 – Castelo de Aguiar.

Quadro 1

Povoamento de Trás-os-Montes, do VIº aos meados do IIº mil. AC

CRONOLOGIA EM ANOS AC						
	5000	4000	3000	2000		
Bibliog.						
Madorras						a)
P. Mosqueira 1						DOCUMENTAÇÃO SOBRE ESTAÇÕES
Barreiro						HABITACIONAIS b e c)
					Área	Alt. Top. Rios Ecol.
					ha	máx. dist h
TAMEGA (H)						
Vinha da Soutilha					20 ha	600 En/Va 2h 1 d)
S. Lourenço					7 ha	610 Esp +E/Va 1h 2 d)
Pastoria					6 ha	590 En/Va 1h 1 d)
ALVAO-MARÃO (A)						
Castelo de Aguiar					2.5 ha	730 En/Va 30' 1 d)
PADRELA (P)						
Argeriz					—	720 En/Va 3/4h 2 e)
TUA (T)						
Buraco da Pala					± 90 m2	910 A/Va 2/3h 2 e)
Muralha					—	390 En/M 30' 6 e)
S. Juzenda					—	342 Esp/M 30' 4 e)
Mãe d'Água					2 ha	740 Esp 2/3h 2 e)
Crasto de Palh.					2.5 ha	593 M 3/4h 2 e)/f)
Estirada					—	459 M 30' 2 inéd
Castelo do Salto					—	440 En/M 30' 2 inéd
Castelo dos Mouros					—	590 En/M 1h 3 inéd
Navalho					2 ha	500 M 2h 5 e)
Vila Verde Gestosa					—	300 En/Va 30' 4 e)
Cemitério dos Mouros					5 ha	315 M 30' 1 e)/g)
Castelo de Safres					—	525 En/M 30' 6 e)
CARRAZEDA (C)						
Cachão Rapa					—	450 En/M 30' 6 e)
Castelo de Ansiães					—	800 M 2/3h 1 e)
Castelo de Linhares					—	700 En/Va 1h 5 e)
DOURO SUPERIOR (Q)						
Castelejo					—	300 En/M 30' 6 e)
Sra. Cast. Adeganha					—	350 Esp/Va 1h 1 e)
Baldoeiro					—	300 En/Va 1h 1 e)
Fraga do Fojo					—	350 En/M 30' 6 e)
Sra. Castelo de Urros					—	750 Esp/M 2h 5 e)
MIRANDA-MOGADOURO (M)						
Cunho					4 ha	560 En/M 2h 6 e)/b)
Barrocal Alto					14 ha	720 En/Va 2h 2 e)/b)
Penas Roias					—	720 Esp/M 1h 2 e)/b)
Castelo de Algos					—	690 Esp/M 30' 5 e)/b)
Raio					2 ha	610 Esp/M 30' 3 e)/b)
Ferreiros/M. Pedriço					—	650 En/M 1h 6 e)/b)
BRAGANÇA (B)						
Lorga de Dine					—	2/3 h 3 e)
BEIRA-DOURO (N)						
Fraga d'Áia					—	580 A/Vt 30' — h)/e)
Bibliog. a) Gonçalves & Cruz 1994, Cruz & Gonçalves 1995 b) Sanches 1992, c) Sanches et al 1988, d) S. Jorge 1986, e) Sanches 1997, f) Sanches 1996, g) Figueiral & Sanches 1999, h) V. Jorge 1991, 1993 (VER LEGENDA)						

LEGENDA DO QUADRO 1 (v. pág. ant.):

Quadro-síntese do povoamento de Trás-os-Montes onde figuram somente estações "habitacionais"; mesmo no caso das 3 mamoadas indicadas o que se pretende é sugerir um povoamento de carácter "doméstico" para as áreas ocupadas por estes monumentos que ocupam zonas planálticas, embora com ecologias algo diferentes entre si.

Estas estações aparecem distribuídas por "regiões naturais" de Trás-os-Montes e Alto Douro, tal como decorre da classificação da Carta dos Solos... (Agroconsultores e Coba 1991). Estão ausentes 4 "regiões" por desconhecermos aí estações habitacionais: Barroso (G), Douro (D) apesar de a estação de Cachão da Rapa se situar na confluência da região do Douro com a de Carrazeda; Bornes-Sabor (S) e Montemuro (R).

A cronologia indicada a cheio resulta de datações absolutas (publicamente aceites pelos respectivos investigadores) e que sujeitámos a calibração para 2 sigma; aquela cronologia indicada a traços descontínuos resulta da aplicação de critérios tipológicos e/ou estratigráficos vários, expostos pelos autores indicados na bibliografia.

Relativamente às diferentes estações indica-se ainda:

Área-ha - que corresponde à área, em hectares, de dispersão das estruturas habitacionais, quando indicadas pelas respectivas investigadoras. Particularmente nos casos da Vinha da Soutilha, do Barrocal Alto e do Cunho, os acidentes do terreno, assim como os penedos reduziriam grandemente a área efectivamente ocupada por estruturas habitacionais.

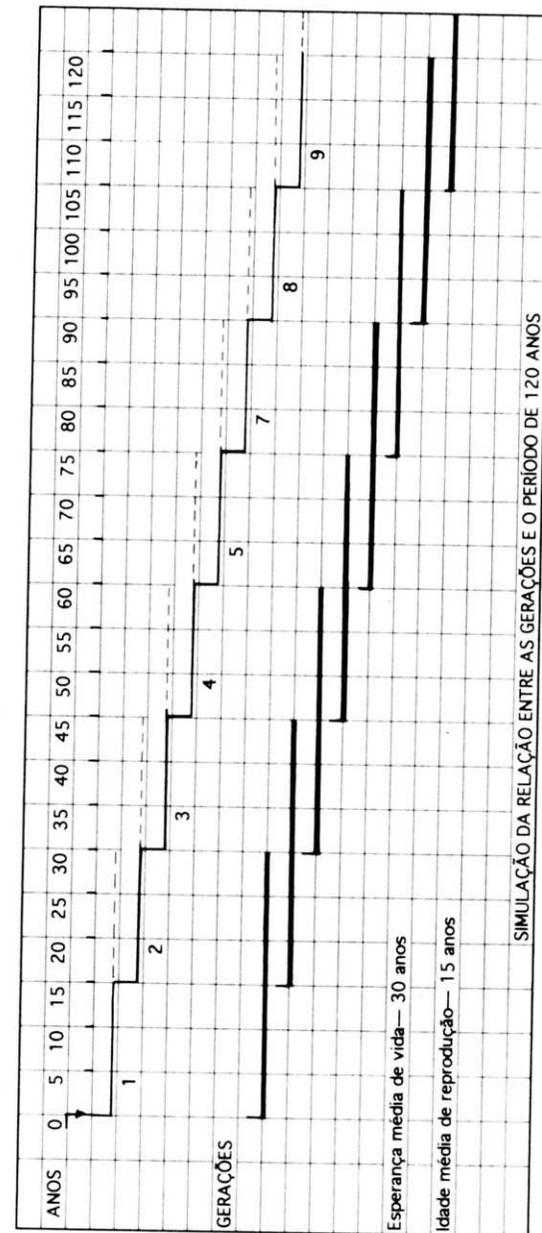
Alt. máx. - indica o ponto topograficamente mais alto de cada estação.

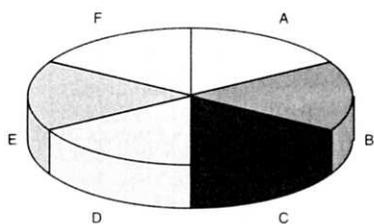
Top. - refere-se à topografia do sítio onde cada estação se implanta. Assim, *M* significa monte isolado na paisagem, normalmente de perfil cónico, ou levemente aplanado no topo. Exceptua-se o Crasto de Palheiros cuja falésia vertical e outros acidentes o impõem na paisagem. **En** - indica um povoado de encosta, ou melhor, um povoado que se distribui sempre por pequenas plataformas de encosta (normalmente é ocupada a parte superior da encosta e a meia-encosta). Quando voltado a um vale encaixado ou fechado, acrescenta-se a indicação *Vf*, ficando *En/Vf*; quando a um vale aberto *En/Va*. **Esp.** - indica a localização em esporão. Este pode ser definido por um vale aberto - *Esp./Va*, ou fechado - *Esp./Vf*. *A* refere-se a abrigo sob rocha, voltado a vale ou paisagem aberta - *A/Va* -, ou a vale alcantilado - *A/Vf*. Num caso, S. Lourenço, o povoado distribui-se por um esporão e uma encosta voltada a um vale aberto - *Esp. + En/Va*.

Rios - pretende-se indicar em que território pedestre da cada povoado se encontra um rio de caudal permanente, de conhecida importância na circulação (de barco ou através do seu vale). No caso temos: o Douro, o Sabor, o Tua; o Tuela, o Tinhela, o Rabaçal, o Angueira, o Maçãs, o Tâmega, o Corgo e o Távora. Estes correm no território de 30', de 1h, de 2 h, de entre 2 e 3 h, ou de entre 3 e 4 h. São excluídos alguns rios de menor importância, mesmo de caudal semi-permanente porque estes são tidos em consideração na avaliação das potencialidades ecológicas (para actividades predadoras e/ou pastoris e agrícolas), indicadas na coluna seguinte: **Ecol.**

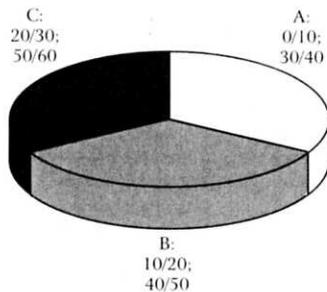
Ecol. - A ecologia refere-se às potencialidades de renovação do ecossistema (renovação florística) do território pedestre de 1 hora e de 2h em torno dos povoados. Os critérios de avaliação ecológica têm como referência uma economia agro-pastoril - com agricultura fundamentalmente de sequeiro - e fazendo uso de tecnologias conhecidas para o IV.º e o III.º mil. AC, assim como de métodos tradicionais de compensação de fertilidade. Também têm presente a pastorícia de gado ovino, caprino, bovino, assim como a criação de porcos (Ver exposição pormenorizada em Sanches 1997: 185-213). No caso dos povoados do Tâmega e Corgo, estudados por Susana O. Jorge, tomámos em consideração o traçado dos territórios pedestres assim como a avaliação das suas potencialidades de uso publicadas por aquela investigadora (S. Jorge 1986: 635-652), com os quais conjugámos os nossos critérios. Assim, as estações aparecem classificadas, quanto à ecologia, numa escala que vai de 1 a 6, sendo que 1 corresponde às áreas com maior capacidade de renovação do ecossistema e 6 às de menor capacidade.

Quadro 2

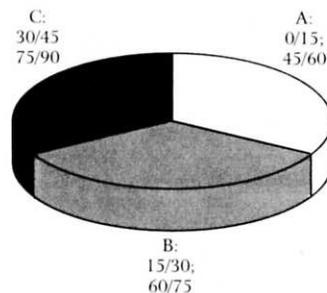




Esquema 1	
1ª e Única Ocupação	
Povoado A	0-10
Povoado B	10-20
Povoado C	20-30
Povoado D	30-40
Povoado E	40-50
Povoado F	50-60

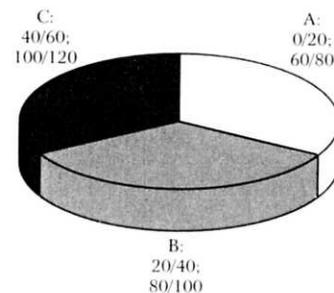


Esquema 2		
	1ª Ocup.	2ª Ocup.
Povoado A	0-10	30-40
Povoado B	10-20	40-50
Povoado C	20-30	50-60

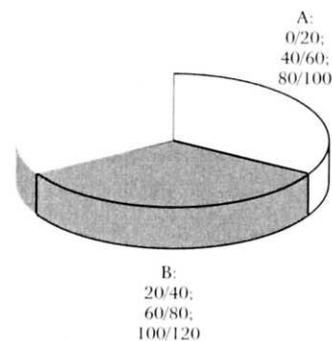


Esquema 3		
	1ª Ocup.	2ª Ocup.
Povoado A	0-15	45-60
Povoado B	15-30	60-75
Povoado C	30-45	75-90

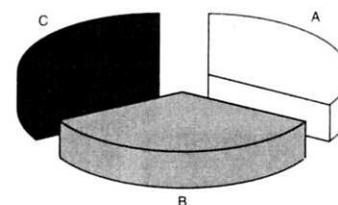
Hipóteses de ocupações "rotativas" de povoados pré-históricos



Esquema 4.1		
	1ª Ocup.	2ª Ocup.
Povoado A	0-20	60-80
Povoado B	20-40	80-100
Povoado C	40-60	100-120



Esquema 4.2			
	1ª Ocup.	2ª Ocup.	3ª Ocup.
Povoado A	0-20	40-60	80-100
Povoado B	20-40	60-80	100-120



Esquema 5		
	1ª Ocup.	[2ª Ocup.]
Povoado A	0-50	[100-150]
Povoado B	50-100	[150-200]

Hipóteses de ocupações "rotativas" de povoados pré-históricos